

UM OCIDENTE A SER TRANSPOSTO

Marcos Del Roio*

A intolerância e inferiorização do outro nem sempre fizeram parte da tradição histórico-cultural que desembocou na modernidade capitalista do Ocidente.

Aquilo que por convenção chamamos de modernidade teve origem no Ocidente europeu no decorrer do século XVI, ao se desencadear o processo de formação do capitalismo. Foi nesse momento que, permeada por uma visão fortemente etnocêntrica, a Europa deu início à formação de um mercado mundial, que necessariamente deveria chocar-se com outros povos e culturas, submetendo-as e justificando essa submissão através de argumentos derivados da religião cristã - então permeada por notável intolerância - ou de artifícios da razão.

O Ocidente criou assim a imagem de um Oriente subalterno, isto é, um *outro* negativo e inferior destinado a viver no despotismo, garantia da natureza servil dos povos asiáticos. Criou também a imagem de um Ocidente subalterno: a América meridional, como extremo Ocidente, aparece ora como condenada ao atraso e à submissão, ora como passado do Ocidente original, mas de qualquer maneira sempre como inferior. Mais grave é que essa subalternidade está internalizada na América meridional, já que se projeta a superação dessa situação na identificação mais rápida e próxima possível com a matriz do Ocidente e desta modernidade perversa.

A intolerância e inferiorização do

outro nem sempre fizeram parte da tradição histórico-cultural que desembocou na modernidade capitalista do Ocidente. A antigüidade clássica convivia em harmonia com a alteridade, e embora se determinasse que fora da polis (o mundo ordenado dos homens) só poderia haver deuses ou bárbaros, estes tinham acesso e mantinham contato com o mundo dos homens. Exemplos significativos dessa relação criativa e culturalmente enriquecedora podem ser encontrados na religião politeísta da antiga Grécia. Em Artemis (Diana) observamos a fronteira entre o mundo dos homens e o mundo natural, deusa dos animais, vegetais e crias (humanas e não); Dionísio (Baco), deus da videira e do vinho, aparece como uma divindade ligada à agricultura numa ordem social fundada no pastoreio e, ainda mais, pelos menos nas origens, cultuado exclusivamente por mulheres - o outro do macho dominante! De qualquer maneira, a cultura grega julgava-se superior aos bárbaros, tanto que Aristóteles notava nos povos asiáticos uma "predisposição" à servidão.

Quando sobre as ruínas do mundo antigo começa a se gestar a Europa feudal e cristã (séculos V ao X), esta se encontra enlaçada não só pelas seguidas vagas de povos "pagãos" migrando da Ásia, mas pela emergência dos povos árabes, que com sua expansão nos VII e VIII séculos criaram uma sofisticada cultura com vitalidade econômica notável. O impulso dinamizador foi encontrado no islamismo, chegando os árabes a ocupar a península ibérica e partes do sul da Itália. No Oriente próximo permanecia florescente o Império Bizantino, herdeiro direto da cultura greco-oriental.

A Europa cristã, nos seus albores, encontrava-se ameaçada por culturas

superiores que a circundavam e também pela viva efervescência dos ritos e culturas pré-cristãs e pré-romanas no seu interior. Numa época de condições materiais difíceis, com exíguas comunicações, quase que inevitavelmente o cristianismo aparecia muito diversificado no seu interior e tolerante para com o *outro*, povos e religiões. Enfatizava-se a persuasão e não a imposição, num tempo em que o Papa de Roma era um monarca entre outros, ainda que herdeiro de São Pedro.

A partir da cisão da Igreja, em 1054, Bizâncio inicia seu longo declínio, ao mesmo tempo em que a onda muçulmana sobre a Europa havia já refluído, mantendo-se porém o Califado de Córdoba na Ibéria. A partir do século XI uma nova ordem estabilizara-se na Europa e a Igreja Católica buscava afirmar-se como o poder nuclear do feudalismo, criando o embrião daquilo que viria ser o Ocidente. Para tal, o papado empreendeu uma longa luta para submeter as seitas religiosas e unificar o rito, expurgando as influências celtas e romanas, declarando *heresia* tudo que não se coadunasse com a verdade absoluta emanada de Roma. Assim, foram perseguidas ordens militarizadas, como as dos templários, instituiu-se a Inquisição monástica (1229) e generalizou-se a tortura aos excluídos da ordem feudal. Como parte desse processo, a Igreja, como poder espiritual, disputou com o Império (que então exercia o domínio na Alemanha), expressão universal do poder temporal do conjunto da cristandade, até que a proeminência do papado sobre o imperador foi reconhecida.

* Professor de Ciência Política e História da Unesp-Marília. Publicou *A classe operária na revolução burguesa: 1928-1935*. (Oficina de Livros, 1989).

A Igreja e a religião católicas foram a principal força propulsora a lançar a Europa ocidental à sua primeira aventura expansionista: de um lado era preciso colocar uma ponte de desembarque no Oriente, tomando Jerusalém - para tal organizaram-se as Cruzadas - e, por outro, recursos foram canalizados para a "reconquista" da Ibéria. Ao estabelecer como inferiores e perigosas as culturas politeístas e panteístas pré-cristãs da Europa e taxado o monoteísmo islâmico como perversão, esse embrionário Ocidente só podia ver no *outro*, o diferente, como algo inferior e indigno de existir - a Europa embevecia-se de intolerância...

Enquanto a Europa centro-ocidental (França, Inglaterra, Itália e Alemanha) se dilacerava na guerra intrafeudal, com grave crise econômica e demográfica, perpassada de doenças endêmicas e epidêmicas e com o questionamento da consciência religiosa, a Ibéria configurava, na luta contra o islamismo, os primeiros Estados nacionais dos tempos modernos, Portugal e Espanha. A Inquisição, transferida do poder eclesiástico universal, passou a fazer parte das instituições estatais desses países, exercendo um papel decisivo na luta repressiva contra mouros e judeus (o *outro* a ser excluído da ordem social cristã ibérica). Momentos decisivos na derrocada da cultura árabe islâmica foram a tomada de Ceuta por Portugal em 1415, quando a Europa cristã tomou pé firmemente, pela primeira vez, no continente africano, e a rendição de Granada, o último bastião árabe muçulmano na Europa, em 1492. A dominação turco-otomana sobre os povos árabes, no correr dos séculos XV e XVI, submergiu os aspectos tolerantes para com o diverso e abertos ao conhecimento do mundo, até então presentes no islamismo. A partir daí predominaram a excludência e o conservadorismo que têm dificultado até hoje o acerto de contas do mundo islâmico com a modernidade.

A linha de passagem da "reconquista" da península ibérica e a conquista e submissão do *outro* - povos e continentes - é quase imperceptível. Entre 1415 e 1498, quando chega à Índia, Portugal construiu um império marítimo comercial formado com a continuada expansão em direção ao Sul e Oriente; nesse processo teve início a escravidão e o tráfico negreiro, inaugurado em 1444,

e que fez sangrar a África por quatro séculos. Enquanto isso a Espanha atraindo-se na expansão marítima, presa na ambigüidade histórica de sua formação, entre uma Castela com vistas ao mar-oceano e Aragão de vocação mediterrânea. Era preciso também, antes de iniciar com força a empresa marítima, controlar o *outro* dentro de si, "purificando-se" com o expurgo de mouros e judeus, e completar a unidade do poder, sob a bandeira do catolicismo e da intolerância.

O principal motivo que levou Cristóvão Colombo a dirigir-se à Espanha, abandonando Portugal, foi a irreversibilidade da estratégia de busca do Oriente pelo Sul, adotada pela monarquia lusitana, não deixando outra alternativa à Espanha, a não ser adotar o improvável projeto do futuro Almirante do mar-oceano. Aproveitando-se da limitada intimidade dos espanhóis com o mar aberto e distorcendo os dados cartográficos disponíveis, Colombo convenceu os reis católicos de que poderiam recuperar o atraso na expansão marítimo-comercial diante dos portugueses se se aventurassem pelo Atlântico rumo ao Ocidente.

As distorções apresentadas por Colombo eram produto tanto do inabalável senso de nobre honor e fé crítica que fazia ser-lhe inconcebível qualquer informação que contrariasse as certezas estabelecidas na Europa cristã (etnocentrismo), como do senso de predestinação de que estava imbuído, fazendo com que resvasse para a mistificação. Essas características, somadas ao desejo manifesto de utilizar as riquezas, que segundo ele seguramente seriam encontradas, na reconquista de Jerusalém, fazem com que sua visão de mundo estivesse fortemente atrelada ao mundo medieval e à idéia de monarquia universal sob o domínio da Igreja. A modernidade de Colombo está mais no produto e resultado de sua empreitada que no ponto de partida e nas motivações, pois a obra colombiana colocou a Europa diante de outro continente, outra natureza, outras culturas com as quais teve que fazer as contas e reelaborar a noção de outro inferior (subalterno) para que a conquista e devastação da América fosse justificável e coerente com o catolicismo.

O incomparável choque ecológico e cultural que representou a conquista da América começou para os europeus com

a "visão do paraíso", tão estimulada pela mitologia medieval. Além da esplendorosa natureza, a expectativa da "descoberta" de incontáveis riquezas (que já estavam lá, bastando que fossem *descobertas*), num primeiro momento fez com que pouquíssima atenção fosse dedicada às culturas autóctones da América e a essa nova humanidade, inteiramente desconhecida, que recolocava a questão da alteridade. Coerente com a "visão do paraíso", os ameríndios foram vistos de início como um *outro* igual mas incompleto como a infância: a esses homens (muitos dos quais andavam nus) faltava a cristianização e o reconhecimento da coroa de Portugal e Espanha para que se tornassem homens completos.

Na medida, porém, em que as riquezas fáceis não vinham sendo encontradas e que se manifestava a resistência mimética ou aberta dos indo-americanos, a concepção de *outro* igual mas infantil rapidamente se transmutava na de um *outro* inferior (subalterno). Ainda que guardadas todas as enormes diferenças de padrão etno-cultural no continente invadido pela Europa, cuja ponta de lança foi a Ibéria, todos os povos americanos foram sendo submetidos à servidão, ou para a mineração (no caso dos povos de alta cultura da meso-América e dos Andes) ou para a agricultura predatória (no caso do Caribe e do Nordeste brasileiro). Para justificar essa situação, embora dotados de "alma", os índios passaram a ser considerados filhos decaídos de Deus, degenerados incapazes de reconhecer a verdadeira religião.

Diante da resistência, em grande parte passiva, dos índios e da inacreditável mortandade da qual foram vítimas, a necessidade da colonização e principalmente do comércio atlântico fez com que o tráfico de escravos se estendesse por toda a orla leste da América. Como quando os povos negros subjugados e arrancados de seu continente de origem vieram servir de bestas de carga nas plantações do "Mundo Novo", a invasão e destruição da América, tal qual existira até o século XV, já ia adiantada, a eles não foi reconhecido o direito de serem filhos legítimos de Deus e, portanto, subalternos pela origem e não pela queda, como no caso dos ameríndios.

O choque eco-cultural provocado pela invasão européia gerou a destruição das culturas ameríndias, interrompendo

um desenvolvimento histórico autônomo, que havia produzido organizações estatais relativamente avançadas e aglomerados urbanos significativos como Tenochtitlan, no Império Asteca, e Cusco, no Império Inca. A força militar, a sujeição ao trabalho servil e as doenças epidêmicas trazidas pelos europeus provocaram o maior genocídio da história da humanidade: no primeiro século da conquista a população originária da América foi reduzida em cerca de 90% - dos cerca de 80 milhões de habitantes do momento da chegada de Colombo, no início do século XVII restavam não mais que 8 milhões!

Em meados do século XVII estava delineada a ordem colonial resultante da conquista, mas as forças propulsoras que desencadearam a expansão mercantil estavam em acentuado declínio. Portugal e Espanha contavam cada vez menos no cenário europeu, suplantados pela ascensão de Inglaterra e França, enquanto que a Igreja Católica, imersa na intolerância e no obscurantismo, era cada vez mais tão só um Estado temporal que controlava uma Itália dividida e estagnada, mas que ainda se identificava com o colonialismo português e espanhol (apesar do conflito com os jesuítas).

Na medida que França e Inglaterra marchavam para a revolução burguesa, ia se configurando uma nova visão laica do mundo, o liberalismo, que embora não renegasse a tradição cristã, buscava explicar a ordem social sem apelar para a teologia. O predomínio do liberalismo e do jusnaturalismo redefiniu no século XVIII a percepção que os europeus tinham dos povos autóctones da América: passaram a ser vistos como homens que viviam em estado de natureza, destituídos de individualidade, de propriedade privada e de lei civil. Ressurgiu a imagem do *outro* igual porém infantil, não por desconhecer o Evangelho, mas por não se haver alçado ao nível do Ocidente das "luzes". Chegou mesmo a ser idealizado por viver em igualdade e liberdade e não na "servidão" que acorrentava os homens da modernidade, segundo argumentava Rousseau. Por outro lado, um liberal crítico do jusnaturalismo como Montesquieu reconstruiu toda a concepção do *outro* inferior, estendido a todos os povos extra-europeus. Para ele, os povos asiáticos, pela conformação geográfica do continente, pela dimensão dos países e pelas religiões não cristãs, deve-

riam viver sob inevitável despotismo. O clima tropical seria também impróprio para fazer germinar a vida civil e a alta cultura tal qual existia no Ocidente europeu, estando assim condenadas de uma só pincelada a África e a América meridional a viverem na subalternidade. Sem necessidade de qualquer argumentação religiosa, o século XVIII europeu, mesmo garantindo serem os homens livres e iguais, reinventava o *outro* inferior, referido a todos que não tivessem clara a noção de propriedade privada e lei civil.

Os herdeiros dos conquistadores formaram uma oligarquia creola que aos poucos foi criando interesses diferenciados da metrópole colonial, embora a sujeição das culturas indígenas na sua autoexpressão simbólica, assim como a dispersão dos afro-americanos - fosse condição para a manutenção de seu *status* de camada social privilegiada da ordem colonial, sendo reprimida a qualquer preço toda manifestação de resistência e contestação ao escravismo e à servidão. A partir do final do século XVIII, com a crise do antigo sistema colonial, essa oligarquia creola percebeu no liberalismo uma visão de mundo capaz de a um só tempo respaldar sua ânsia de emancipação diante das metrópoles e preservar internamente os pilares básicos da ordem colonial. A "independência" significou a subalternidade continuada da América meridional diante do Ocidente europeu, com as oligarquias buscando no liberalismo e nas instituições políticas euro-ocidentais o modelo para se forjarem os novos Estados.

No mesmo movimento foi internalizada a noção de *outro* inferior, mesmo para que se perpetuasse a ordem colonial e a dominação oligárquica. Uma certa interpretação do liberalismo justificou a exclusão de índios e brancos pobres na construção do Estado nacional - assim como a manutenção da escravidão negra, propondo que desde que proprietários os homens são livres e iguais; para explicar a escravidão e a sujeição dos indígenas tornou-se necessário apelar para argumentos racistas - alguns homens são mais iguais que outros - pois além de cristãos e proprietários, são brancos!!!

A partir de fins do século XIX, a América meridional ingressou, ainda que muito diferencialmente, no desenvolvimento capitalista, sendo partícipe de uma nova divisão internacional do

Na medida que França e Inglaterra marchavam para a revolução burguesa, ia se configurando uma nova visão laica do mundo, o liberalismo, que embora não renegasse a tradição cristã, buscava explicar a ordem social sem apelar para a teologia.

trabalho, onde entrava fundamentalmente com produção de matéria-prima. Criaram-se assim as condições para que aos poucos e principalmente a partir dos anos trinta do atual século alguns países do continente desencadeassem um processo de revolução burguesa pela via passiva. Essa, porém, uma vez mais manteve a exclusão de enormes contingentes populacionais dos frutos do trabalho, os sempre deserdados negros, índios e pobres em geral, acrescidos agora por levas de migrantes europeus que ajudaram a conformar a nascente classe operária.

O desenvolvimento capitalista, potencializado por uma revolução burguesa passiva que manteve na subalternidade os eternos excluídos da antiga ordem colonial, criou na América meridional uma modernidade anverso de desigualdade e discriminação, produto de cinco séculos de conquista de um continente, de uma natureza, visto ainda pelo Ocidente original, a Europa, e pelo Ocidente extremo, internalizado pelas classes dominantes da "nossa América", como *outro* inferior sempre digno de ser conquistado, mas nunca como *outro* igual digno de ser amado e libertado. O desafio do VI século da América será o de criar uma identidade que nos inclua numa nova modernidade de uma terra humanizada na qual cada etnia e cultura tenha a liberdade da vida digna e de expressar sua diversidade no interior de um patrimônio comum de todos os homens e mulheres. Assim, trata-se de reinventar a liberdade e a igualdade a partir da alteridade, e isso significa transformar o extremo Ocidente subalterno num *outro* Ocidente para além do Ocidente. O início só pode ser a gestação de uma política de integração democrática da América meridional.